

MÓDULO 2 - Aula 2 -
Requisitos da Petição Inicial -
o art. 319 do CPC

Requisitos Gerais e Específicos

Vamos ver todos os requisitos Gerais, do art. 319 do CPC

Depois veremos os requisitos específicos, de determinados tipos de ações

Analisar, um a um, todos os requisitos previstos no art. 319 do CPC

A PETIÇÃO INICIAL INDICARÁ:

I - O juízo a que é dirigida

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

§ 1o Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2o A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3o A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

Mostrar exemplo

Aqui está o ponto mais importante de toda a petição inicial. A boa narrativa dos fatos.

A narrativa deve ser simples, como se conta uma história

Aqui não se pode esquecer nada, pois nas alegações futuras não se poderá acrescentar fato novo.

Mostrar exemplo

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

Não confundir "fundamentos jurídicos do pedido com mera citação de lei, doutrina e jurisprudência

Mais adiante iremos mostrar como e quando é pertinente citado doutrina, lei e jurisprudência

Qual é a fonte do direito que me autoriza a ajuizar a ação? É o descumprimento de uma lei, de um contrato? É o entendimento de uma jurisprudência, de uma súmula?

Mostrar exemplo

IV - o pedido com as suas especificações;

Ponto muito importante, pois delimita o alcance da ação. Condenação, Declaração, Constituição...deixar bem claro o que você pretende.

O pedido deve ser certo e determinado

Quando eu posso formular pedido genérico?

Art. 324. O pedido deve ser determinado.

§ 1o É lícito, porém, formular pedido genérico:

I - nas ações universais, se o autor não puder individualizar os bens demandados;

II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

III - quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

Ex: danos contínuos de um acidente de trânsito. Tratamento de saúde que não encerrou. Como pedir? "...seja condenado a pagar o valor de XXX, referente aos danos materiais até o momento suportados pelo autor, assim como todos os danos que vierem a ser suportados com a continuidade do tratamento médico necessário..."

Mostrar exemplo

V - o valor da causa;

ver art. 291 e 292 CPC

Erro muito comum: dar valor menor à causa para pagar menos custas. Isso só vai fazer o processo demorar mais.

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

Indicar tudo de forma genérica.

Dispositivo desnecessário

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

Muito importante. É requisito novo

Na prática, muita gente esquece e vira motivo para a determinação de emenda e atraso do processo

DICA: Ainda que vc diga que não quer a audiência, ela só não vai acontecer se a outra parte assim também se manifestar. No silêncio da outra parte, vá para a audiência!

IMPORTANTE:

1) Você pode fazer pedido de prioridade. Estatuto do Idoso. Peça logo no início

2) Pedido de Gratuidade Processual: peça no início

Não se limite a alegar a situação de pobreza. Prove-a ao magistrado. Você já deve se adiantar e juntar os documentos pertinentes, para evitar determinação de emenda

Quais documentos são importantes:

- holerite

- carteira de trabalho

declaração de imposto de renda

declaração de isento

Pontos Importantes

Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

Colocar sempre:

1) documentos de identificação da parte autora

2) Procuração

3) Atos constitutivos, se o autor for pessoa jurídica

4) os documentos específicos de um determinado tipo de ação

Ex: usucapião: exige planta e memorial descritivo do imóvel; e a matrícula do bem

5) comprovante do pagamento das custas

A determinação de EMENDA da petição inicial

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Se não der tempo de emendar, peça ao juiz que aumente o prazo, sempre justificando. Não fique sem falar nada.

Se o juiz não indicar com precisão o que precisa ser emendado, apresente Embargos de Declaração

Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.

Ações de Revisão de Empréstimo ou financiamento. Requisito Específico do Novo CPC

§ 2o Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.